

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO  
2025

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTTEL-MG, CNPJ n. 17.449.463/0001-38, neste ato representado (a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr. EDGARD RONCONI REGO, por seu Membro de Diretoria Colegiada Sra. LUANA KAROLINE DA SILVA e por sua Coordenadora Geral, Sra. LOURDES DE FÁTIMA PIRES;

e

ITS CUSTOMER SERVICE LTDA, CNPJ n. 16.853.728/0001-04, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). Cristiano Prado;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, Telefonia Fixa e Móvel, Centros de Teletendimento, Call Centers, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Serviços Troncalizados de Comunicação, Rádio Chamadas, Telemarketing, Empresas de Projeto, Construção, Instalação, Implantação e Manutenção de Redes e Serviços de Telecomunicações e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal e Operadores de Mesas Telefônicas, com abrangência territorial em Juiz de Fora-MG.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de 1º de janeiro de 2025, a empresa adotará para efeitos de piso salarial, para a menor função, excetuando jovens aprendizes e estagiários, o valor correspondente a R\$2.413,46 (Dois mil, quatrocentos e trez reais e quarenta e seis centavos).

**Parágrafo Primeiro:** A partir de 1º de janeiro de 2025 para efeito de piso por cargo/função serão considerados os seguintes cargos e salários, conforme a tabela abaixo, ressalvando que mera alteração/adoção de nomenclatura diversa não poderá constituir óbice a sua aplicação:

Função / Salário

Telefonista	2.617,41
Operador de Telemarketing	2.617,41
Teledigifonista	2.800,62
Técnico em Telecomunicações	5018,03
Sup. em Telefonia / Teledigifonia / Telemarketing e "Call Centers"	3.333,15

**Parágrafo Segundo:** O índice de reajuste será de 8,83% sobre os salários praticados em dezembro de 2024 bem como sobre os demais benefícios praticados pela empresa tais como: cesta básica, vale ou ticket alimentação/refeição (respeitado o valor mínimo indicado na cláusula “vale refeição”) salário utilidade, etc.

DS  
LDFF

Rubrica  
Edgard

Rubricar  
JD

**Função / Salário**

Telefonista	2.413,69
Operador de Telemarketing	2.413,69
Teledigifonista	2.8000,62
Técnico em Telecomunicações	5018,03
Sup. em Telefonia / Teledigifonia / Telemarketing e "Call Centers"	3.333,15

**Parágrafo Terceiro:** Entende-se como atribuições da função de "teledigifonista" aquelas desenvolvidas que tenham como objetivo realizar atendimentos via telefone e/ou rádio com utilização simultânea de terminais de computador, desenvolvendo comunicação com interlocutores clientes e usuários, realizada à distância por intermédio da voz e/ou mensagens eletrônicas, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica, além do uso de sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados, na modalidade ativo ou receptivo.

**Parágrafo Quarto:** As diferenças salariais e dos benefícios decorrentes da aplicação do índice de correção ora ajustado relativo ao período compreendido entre a data base e a efetiva aprovação em assembleia do acordo, deverão ser quitados em até 03 (três) parcelas iguais, mensais e consecutivas, a partir do mês de janeiro/2025.

**Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

**CLÁUSULA QUARTA - 5º DIA ÚTIL**

A empresa deverá efetuar o pagamento dos salários aos seus empregados até o 5º (quinto) dia útil bancário, sem que tal prática caracterize mora ou atraso de pagamento.

**Parágrafo Único:** Na ocorrência de atraso de pagamento de salários, a empresa incorrerá em multa correspondente a 9% (nove por cento), incidente sobre o salário percebido para cada empregado, multa esta que deverá ser revertida diretamente ao trabalhador e devidamente atualizada até a efetiva regularização.

**CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Dois dias úteis antes do pagamento dos salários, a Empresa fica obrigada a fornecer aos seus empregados documentação que discrimine o valor da remuneração paga, bem como, os valores dos descontos e as respectivas consignações e destinos.

**Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

**Auxílio Alimentação**

**CLÁUSULA SEXTA - VALE REFEIÇÃO**

A empresa concederá aos seus empregados em telecomunicações 22 (vinte e dois) vales-refeição por mês, a partir de janeiro de 2025 o valor unitário de R\$ 28,10 (vinte e oito reais e dez centavos), sem ônus para o mesmo.

**Parágrafo Único:** A concessão do número de vale-refeição a que se refere o caput desta cláusula vincula-se proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados em cada mês.

**Auxílio Transporte**

**CLÁUSULA SÉTIMA - AUXÍLIO TRANSPORTE**

DS

LDFP

Rubrica

Edgar

Rubricar

ND

Tendo em vista as dificuldades administrativas para a aquisição e distribuição em tempo hábil do vale transporte, decorrentes das peculiaridades próprias do setor de asseio e conservação, e visando a segurança dos empregados e empresa, em vista dos constantes assaltos ocorridos, fica a empresa autorizada, com base no parágrafo único, artigo 5º, decreto nº 95.247 de 17.11.87, a incluir nos contracheques dos seus empregados, de forma destacada e intitulada como “benefício de transporte”, o valor correspondente à antecipação para despesas de deslocamento residência/trabalho - trabalho/residência, a ser pago ao beneficiário juntamente com o salário mensal, observada a legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro:** Este benefício instituído pela lei 7.418/85, com alteração da lei 7.619/87, regulamentada pelo decreto nº 95.247/87, não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração do empregado para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS e nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

**Parágrafo Segundo:** Caso ocorra majoração de tarifas a empresa obriga-se a complementar a diferença devida ao trabalhador/beneficiário.

**Parágrafo Terceiro:** Nas faltas justificadas serão devidos os vale-transportes, desde que não ultrapassem a 02 (duas) no mês.

**Parágrafo Quarto:** A cláusula ora ajustada somente terá validade diante anuência expressa do sindicato Profissional SINTTEL-MG, manifestada individualmente à empresa interessada, sob pena do benefício acima pactuado incorporar a remuneração do trabalhador e de aplicar-se à empresa infratora as penalidades previstas neste instrumento e na legislação específica.

**Parágrafo Quinto:** A empresa se compromete a efetuar, mensalmente, o devido crédito integral no cartão de transporte específico do empregado, ou outro meio equivalente, conforme sua necessidade, apesar do mesmo não ter utilizado totalmente seus créditos no mês anterior.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO CRECHE**

A empresa adotará o sistema de reembolso de despesas efetuadas pelos trabalhadores, em conformidade com a portaria nº 3296/86, do Ministério do Trabalho e Emprego, e concederá o benefício auxílio creche reembolso a partir de janeiro de 2025 até o limite mensal de R\$ 558,86 (quinhentos e cinquenta e oito e reais e oitenta e seis centavos).

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA NONA – CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO**

Nenhuma disposição em contrato individual de trabalho, se prejudicial ao empregado e que contrarie as normas deste acordo, poderá prevalecer na execução do mesmo e serão nulas de pleno direito, com exceção de acordos devidamente assistidos por estes órgãos de classe.

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - MARCAÇÃO DO ACERTO RESCISÓRIO**

O empregador deverá comunicar por escrito ao empregado, no momento da dispensa, o dia e a hora em que o dispensado deverá comparecer ao sindicato profissional para o recebimento das

verbas rescisórias, CTPS devidamente atualizada e documentação referente à rescisão, observados os prazos estabelecidos em lei.

**Parágrafo Único:** As homologações das rescisões do contrato de trabalho só poderão ser efetuadas mediante a exibição dos seguintes documentos:

- a) TRCT em 05 (cinco) vias;
- b) CTPS com as anotações devidamente atualizadas;
- c) Registro de empregado em livro, fichas ou cópia dos dados obrigatórios do registro de empregados, quando informatizados, nos termos da portaria MTPS nº 3.626/91;
- d) Comprovante do aviso-prévio, dispensa ou pedido de demissão, quando for o caso;
- e) Extrato atualizado do FGTS e comprovante do recolhimento dos dois últimos meses;
- f) Comunicação da Dispensa-CD e Requerimento do Seguro Desemprego;
- g) Atestado médico demissional, nos termos da NR-07;
- h) Carta de referência/apresentação do dispensado;
- i) Relação dos salários-de-contribuição para o INSS; e
- j) Apresentação do perfil profissiográfico previdenciário- PPP (instrução normativa nº 99 de 05.12.2003, expedida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social), para os empregados que exercem suas atividades expostos a agentes nocivos.
- k) Extrato analítico do FGTS;
- l) Os 03 (três) últimos demonstrativos de pagamento;
- m) Chave FGTS Conectividade Social, inclusive nas hipóteses em que o empregado for dispensado, sem justo motivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CARTA DE REFERÊNCIA / APRESENTAÇÃO**

A empresa, quando da rescisão do contrato de trabalho, fornecerá aos seus empregados carta de referência/apresentação.

**Relações de Trabalho – Condições de Trabalho,  
Normas de Pessoal e Estabilidades**

**Estabilidade Aposentadoria**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - APOSENTADORIA/GARANTIA**

Fica vedada a dispensa do empregado que estiver a 18 (dezoito) meses da aquisição do direito de aposentadoria, seja ela por tempo de serviço ou implemento de idade, desde que o empregado comunique tal fato. Adquirido o direito de aposentadoria, findar-se-á concomitantemente a estabilidade prevista nesta cláusula.

**Outras normas de pessoal**

DS  
IDFP  
Rubrica  
Edgar  
Rubricar  
JD

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A empresa deverá preencher os formulários exigidos pela previdência social, quando solicitados pelo empregado, nos seguintes prazos e condições:

- a) Para fins de obtenção de auxílio doença: 03 (três) dias após a solicitação;
- b) Para fins de aposentadoria: 05 (cinco) dias após a solicitação;
- c) Para fins de obtenção de aposentadoria especial dos empregados que exercem atividades perigosas ou insalubres (Perfil Profissiográfico previsto no Decreto 4482 e Instrução Normativa nº 99 de 05.12.2003 expedida pelo Ministério da Previdência e Assistência social), 15 (quinze) dias após a solicitação.

**Parágrafo Único:** Fica a empresa obrigada a implantar os novos procedimentos de medicina e segurança do trabalho, conforme MP 316 de 11.08.2006, que oficializa a implantação do NTE - Nexo Epidemiológico Previdenciário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CHAMADAS TELEFÔNICA**

Não poderão ser efetuados descontos salariais em função de chamadas telefônicas quando estas se derem a fim de atender os objetos da contratação pelos tomadores de serviços.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Compensação de Jornada**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

As horas extras trabalhadas poderão ser compensadas por folga, quando houver interesse mútuo da empresa e do empregado, e corresponderá ao número de horas extras trabalhadas acrescidas dos percentuais legais.

**Parágrafo Primeiro:** A compensação de horas extras trabalhadas não poderá ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua realização.

**Parágrafo Segundo:** Não havendo compensação no prazo de 90 (noventa) dias, as horas trabalhadas serão automaticamente remetidas à folha de pagamento para a devida quitação, com o salário do mês, acrescidas dos percentuais estabelecidos na legislação trabalhista.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de rescisão contratual e havendo horas extras trabalhadas não compensadas o pagamento será efetuado juntamente com as verbas rescisórias.

**Parágrafo Quarto:** A empresa, através de lançamentos em planilhas individuais, deverá efetuar o controle mensal, juntamente com o empregado, das horas extras trabalhadas e compensadas.

**Parágrafo Quinto:** Quanto as horas excedentes em dia de expediente normal, será acrescida de 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) em feriados ou folgas.

##### **Controle da Jornada**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS AO EMPREGADO ESTUDANTE**

DS	Rubrica	Rubricar
		

Consideram-se como justificadas a falta ao serviço, a entrada com atraso ou a saída antecipada, se necessárias para comparecimento do Empregado estudante às provas escolares em curso regular de estabelecimento de ensino oficial ou legalmente reconhecido, desde que feita a comunicação ao empregador com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, comprovando-se o comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias da realização da prova, inclusive para exames Vestibulares e Enem.

#### **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**

##### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTA DA MÃE TRABALHADORA**

Serão abonadas as faltas ou horas não trabalhadas da empregada que necessitar acompanhar seus filhos menores de 14 (quatorze) anos ou inválidos em médicos, abono este de até 01 (uma) vez ao mês, mediante comprovação.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALEITAMENTO MATERNO**

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais de meia hora cada um.

#### **Outras disposições sobre jornada**

##### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GREVE DE TRANSPORTE COLETIVO**

Em caso de impossibilidade de comparecer ao trabalho, por motivo de greve geral comprovada no transporte coletivo, o empregado terá o seu eventual atraso e/ou dia abonado pela empresa.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

##### **Uniforme**

##### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – UNIFORMES**

Quando houver exigência do tomador do serviço, a empresa fornecerá, gratuitamente, 02 (dois) uniformes completos por ano de trabalho, tendo como referência o mês de admissão do empregado, durante a vigência do presente instrumento.

**Parágrafo Único:** O uniforme será fornecido mediante comprovação de fornecimento. Caso seja o mesmo desligado da empresa, fica obrigado a devolver aquele à empregadora, caso contrário, será cobrado na rescisão, proporcionalmente ao tempo de uso do mesmo.

#### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

##### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ELEIÇÕES CIPA**

A empresa comunicará ao sindicato profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para CIPA mencionando o dia, mês, hora e o endereço completo do estabelecimento onde será realizada a eleição.

**Parágrafo Primeiro:** A empresa fornecerá comprovantes de inscrição aos candidatos com assinatura sobre carimbo.

**Parágrafo Segundo:** Nas inscrições, os empregados poderão solicitar o registro junto com seu nome, do apelido pelo qual são conhecidos e que deverá constar na cédula.

DS  
LDfP

Rubrica  
*Edgmar*

Rubricar  
ND



**Parágrafo Terceiro:** As eleições serão fiscalizadas pelos membros da CIPA em exercício na data de sua realização e acompanhada pelo Sindicato Profissional.

**Parágrafo Quarto:** No prazo de 10 (dez) dias da realização da eleição e posse, deverão ser enviadas ao Sindicato Profissional Atas da eleição, instalação e posse, devidamente assinadas por todos os membros participantes e o calendário das reuniões ordinárias, mencionando o dia, mês, hora e o local das realizações das reuniões, mediante protocolo ou via A.R. (aviso de recebimento).

**Parágrafo Quinto:** Quando houver acidente fatal deverá ser enviada ao Sindicato Profissional, ata da reunião extraordinária juntamente com o CAT- comunicação de acidente do trabalho.

**Parágrafo Sexto:** A empresa comunicará ao Sindicato Profissional, no prazo de 05 (cinco) dias, a data, o endereço completo do estabelecimento e o motivo do cancelamento.

**Parágrafo Sétimo:** O não cumprimento das condições previstas nesta cláusula acarretará a nulidade do processo eleitoral, devendo ser processadas novas eleições no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ficando garantidas as inscrições já efetuadas, salvo se o empregado desistir da inscrição.

**Parágrafo Oitavo:** Fica condicionada a estabilidade dos membros da CIPA, titulares e suplentes, enquanto perdurar o contrato de prestação de serviços entre a empresa e o contratante. Em caso de encerramento do contrato de prestação de serviços, os membros titulares e suplentes da CIPA a ele vinculados, deverão assinar termo de cessação do mandato, o qual será homologado pelo SINTTEL-MG.

### **Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TREINAMENTO EM SAÚDE NO TRABALHO**

Se a empresa possuir menos de 50 (cinquenta) empregados exercendo as funções de telefonista, teledigifonista e operador de telemarketing se compromete, quando solicitado previamente pelo SINTTEL-MG, liberar anualmente 10% (dez por cento) de seus empregados, de forma escalonada, sem ônus para o trabalhador, para treinamento, com carga de 08 (oito) horas, em Saúde e Segurança no Trabalho, ministrado por equipe técnica do sindicato, em sua sede própria.

**Parágrafo Único:** quando o número de trabalhadores da empresa exercendo as funções discriminadas no caput desta cláusula for inferior a 05 (cinco), a mesma se compromete a liberar todos eles, também de forma escalonada, para o supra referido treinamento.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS**

A empresa acatará os atestados médicos emitidos por qualquer estabelecimento da rede pública (SUS; IPSEMG, etc) ou da rede particular (convênios; planos de saúde; etc) vinculada ou não à respectiva Empresa, bem como os atestados emitidos por médicos vinculados ao plano de saúde mantido diretamente pelo empregado, além daqueles emitidos pelos serviços médicos do sindicato Profissional- SINTTEL/MG, ficando estabelecido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para sua entrega, a contar de seu retorno ao trabalho.

### **Primeiros Socorros**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ACIDENTE DE TRABALHO – TRANSPORTE**

DS  
LDFP

Rubrica  
*Edgardo*

Rubricar  
JD

A empresa se obriga a garantir o transporte gratuito, imediatamente após a ocorrência do acidente do trabalho com o Empregado até o local de efetivação do atendimento médico, bem como o transporte quando da alta médica até sua residência, se a situação clínica do empregado impedir sua normal locomoção.

**Parágrafo Único:** O Sindicato Profissional deverá ser comunicado através do CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho - os acidentes, doenças do trabalho e profissional, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, o que poderá ser feito inclusive, via correspondência eletrônica.

### **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - NR 17**

A empresa se obriga a cumprir todas as disposições contidas na NR-17, da Portaria 3214/78, do Ministério do Trabalho, inclusive quanto aos intervalos e pausas ali descritos.

### **Relações Sindicais**

#### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – SINDICALIZAÇÃO**

O sindicato profissional terá livre acesso às dependências da Empresa, bem como nos locais onde prestam serviços, para efetuar sindicalização dos trabalhadores representados, desde que o tomador de serviços não se oponha e mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LIVRE ACESSO DE DIRIGENTES**

Fica assegurado o livre acesso de dirigentes e técnicos da área de saúde do SINTTEL-MG aos locais de trabalho dos trabalhadores contemplados por este Acordo Coletivo de Trabalho.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - REPASSE DAS MENSALIDADES DESCONTADAS EM FAVOR DO SINTTEL-MG**

A empresa se compromete a repassar para o SINTTEL-MG as mensalidades de seus associados descontadas em folha de pagamento, no 10º dia útil de cada mês, ou se for o caso, no termo de rescisão do contrato de trabalho.

**Parágrafo único:** A empresa enviará mensalmente ao SINTTEL-MG relação com o nome dos associados, matrícula, local de trabalho e valores respectivos individualizados das contribuições referentes às mensalidades sindicais descontadas em folha de pagamento.

#### **Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - TAXA DE REFORÇO**

Fica assegurado um desconto, a título de “taxa de reforço”, a ser efetuada de uma só vez, pela empresa como intermediária, que incidirá sobre os salários devidos reajustados na forma da cláusula primeira, na folha de pagamento do mês subsequente a data de assinatura do presente instrumento normativo, no importe de 2% (dois por cento), abrangendo os empregados (as) associados (as) e/ou não associados (as) ao SINTTEL-MG, sendo que tal contribuição será

DS IDFP	Rubrica 	Rubricar 
------------	--	---



recolhida em nome do SINTTEL-MG, mediante depósito bancário identificado, a ser efetuado junto ao Banco do Brasil, Agência: 1614-4, Conta Corrente Nº: 8343-7.

**Parágrafo Primeiro:** Fica garantido aos empregados o direito de se opor ao referido desconto, manifestando sua discordância junto à direção do SINTTEL-MG, através de documento formal entregue pessoalmente na sede ou subsedes do sindicato e para os empregados do interior de Minas Gerais, por e-mail identificado, bem como pelos correios, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de aprovação em assembléia do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

**Parágrafo Segundo:** O SINTTEL-MG se compromete, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após prazo previsto no “parágrafo primeiro”, a enviar formalmente à empresa listagem dos empregados que manifestaram a respectiva oposição, para que não procedam tal desconto.

**Parágrafo Terceiro:** A empresa enviará ao SINTTEL-MG, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos respectivos descontos, a comprovação dos recolhimentos devidos, juntamente com a listagem, contendo os nomes, valores descontados, salários e funções de cada empregado, sob pena de incorrer em multa de 9% (nove por cento) pelo descumprimento da obrigação.

**Parágrafo Quarto:** O SINTTEL/MG se compromete a divulgar em seu site ou através de boletins os critérios em que se darão o referido desconto, para que os interessados dele tomem ciência.

**Parágrafo Quinto:** O desconto e repasse da contribuição dos empregados será de inteira responsabilidade da empresa, sendo que a omissão empresarial na efetivação do desconto e seu respectivo repasse ao SINTTEL-MG fará com que a obrigação pelo pagamento da importância se reverta à empresa, sem permissão de desconto ou reembolso posterior junto ao trabalhador.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – PENALIDADE**

A violação ou descumprimento de qualquer cláusula do presente Acordo, além das penalidades previstas em lei, sujeitará o infrator a uma multa de 9% (nove por cento) do piso salarial da classe, revertida a mesma em favor do empregado ou para os sindicatos convenientes, se for o caso.

**Parágrafo Primeiro:** A multa acima fixada não se aplica à violação das cláusulas “5º DIA ÚTIL”, “CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL” e “TAXA DE REFORÇO” que já estipulam penalidades específicas para as hipóteses de descumprimento de seus dispositivos.

**Parágrafo Segundo:** A retenção indevida dos valores correspondentes às Taxas e Contribuições previstas neste acordo, bem como a Contribuição Sindical e Associativa, configura crime de apropriação indébita, tipificada nos artigos 168 a 170 do Código Penal.

### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO**

Fica atribuída à Superintendência Regional do Trabalho e emprego em Minas Gerais e aos Sindicatos Convenientes a fiscalização do presente Acordo, que será depositada na SRTE.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025

DS	Rubrica	Rubricar
		

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTTEL-MG**

DocuSigned by:

*Lourdes de Fatima Pires*

D76B4E956DC1465...

**LOURDES DE FÁTIMA PIRES**  
**Coordenação Geral**

DocuSigned by:

*Edgard Ronconi Rêgo*

461F8B2C8C1E486

**EDGARD RONCONI RÊGO**  
**Membro de Diretoria Colegiada**

**LUANA KAROLINE SILVA**  
**Membro de Diretoria Colegiada**

**ITS CUSTOMER SERVICE LTDA**

Assinado por:

*Jackson Daldoro*

82726979B208482

**JACKSON DALDORO**  
**Diretor**